



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**VILA VELHA/ES
MARÇO/2012**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

Unidade Agregada: Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal – FUNAPOL

**VILA VELHA/ES
MARÇO/2012**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CGU – Controladoria Geral da União

CRH – Coordenação de Recursos Humanos

DG – Direção Geral

DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal

DPF – Departamento de Polícia Federal

DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial

DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado

DN – Decisão Normativa

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PPA – Plano Plurianual

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

SELOG – Setor de Administração e Logística Policial

SR/DPF/ES - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo

RG – Relatório de Gestão

SELOG – Setor de Administração e Logística Policial

SETEC - Setor Técnico-Científico

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SINPRO - Sistema Nacional de Procedimentos

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

UTEC – Unidade Técnico-Científica

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

<i>Quadro I – Organograma Funcional da SR/DPF/ES</i>	8
<i>Quadro II – Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual</i>	13
<i>Quadro III - Execução Física e Financeira das Ações realizadas pela Unidade</i>	19
<i>Quadro IV - Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade</i>	25
<i>Quadro V - Despesas por Modalidade de Contratação</i>	25
<i>Quadro VI - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos</i>	26
<i>Quadro VII- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação</i>	27
<i>Valores em R\$ 1,00</i>	27
<i>Quadro VIII – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores</i>	29
<i>Quadro IX - Composição do Quadro de Recursos Humanos</i>	30
<i>Quadro X – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ</i>	30
<i>Quadro XI – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ</i>	32
<i>Quadro XII – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária</i>	32
<i>Quadro XIII – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade</i>	33
<i>Quadro XIV – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas</i>	34
<i>Quadro XV - Quadro de Instituidores de Pensão</i>	34
<i>Quadro XVI - Composição do Quadro de Estagiários na UJ</i>	35
<i>Quadro XVII - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores</i>	36
<i>Quadro XVIII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva</i>	38
<i>Quadro XIX - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra</i>	40
<i>Quadro XX - Declaração do Responsável pela Área de Contratos</i>	43
<i>Quadro XXI– Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR</i>	44
<i>Quadro XXII - Estrutura de controles internos da SR/DPF/ES</i>	45
<i>Quadro XXIII - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis</i>	48

<i>Quadro XXIV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União</i>	50
<i>Quadro XXV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros</i>	50
<i>Quadro XXVI - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da Unidade</i>	51
<i>Quadro XXVII - Gestão de TI da UJ</i>	52
<i>Quadro XXVIII – Despesas pagas com cartão de crédito corporativo por UG e por suprido</i>	54
<i>(Despesas de Pequeno Vulto)</i>	54
<i>Quadro XXIX – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador</i>	55
<i>(Regime Especial de Execução)</i>	55
<i>Quadro XXX – Despesas de Pequeno Vulto Com Cartão de Crédito Corporativo –</i>	55
<i>(Série Histórica)</i>	55
<i>Quadro XXXI – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício</i>	56
<i>Quadro XXXII – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício</i>	57
<i>Quadro XXXIII - Declaração do Contador Responsável</i>	59

SUMÁRIO

SEÇÃO I.....	8
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	8
SEÇÃO II.....	11
INTRODUÇÃO	11
ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	13
SEÇÃO III	15
DESENVOLVIMENTO	15
ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	15
2.1) <i>Responsabilidades institucionais</i>	15
2.1.1) Competência institucional	15
2.1.2) Objetivos estratégicos	16
2.2) <i>Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais</i>	17
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade em 2011	17
2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício de 2011	18
2.3) <i>Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade</i>	18
2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	18
2.3.2) Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade	19
2.4) <i>Desempenho Orçamentário/Financeiro</i>	25
2.4.1) Programação orçamentária da despesa	25
2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa	25
2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	25
2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela Unidade Jurisdicionada por Movimentação	25
2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	25
2.4.2.2.2) Despesas Correntes dos Créditos Recebidos por Movimentação	25
2.4.2.2.3) Despesas de Capital dos Créditos Recebidos por Movimentação	27
2.4.3) Indicadores Institucionais da Unidade Jurisdicionada	28
ITEM 3 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	29
ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	29
4.1) <i>Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores</i>	29
ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	30
5.1) <i>Composição do Quadro de Servidores Ativos</i>	30
5.2) <i>Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas</i>	33
5.3) <i>Composição do Quadro de Estagiários</i>	34
5.4) <i>Demonstração dos custos de pessoal da UJ</i>	35
5.5) <i>Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada</i>	38
5.5.1 – Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão	38
5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados	38
- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ. -	38
5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade	38
5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão	40
5.6) <i>Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos</i>	42
ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	43

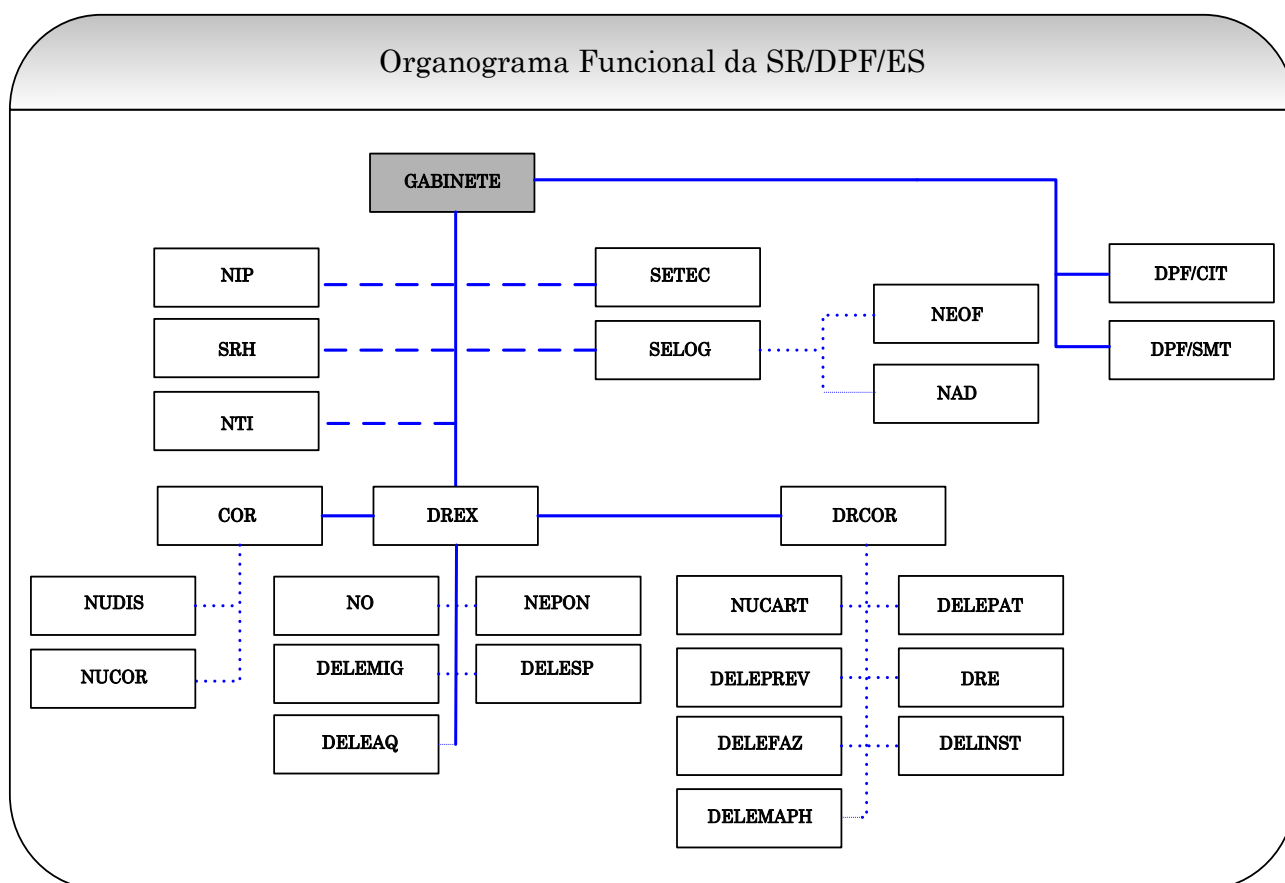
7. 1) <i>Declaração sobre Contratos e Convênios – SIASG E SICONV</i>	43
ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	44
8. 1) <i>Informações sobre declarações de bens e rendas</i>	44
8. 2) <i>Análise Crítica</i>	44
ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	45
9. 1) <i>Estrutura de Controles Internos da UJ</i>	45
ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	48
10.1) <i>Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis</i>	48
ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	50
11.1) <i>Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial</i>	50
ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	52
12.1) <i>Gestão de Tecnologia da Informação</i>	52
ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	54
13.1) <i>Despesas com Cartão de Crédito Corporativo</i>	54
ITEM 15 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	56
15.1) <i>Deliberações do TCU atendidas no exercício</i>	56
15.2) <i>Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício</i>	56
15.3) <i>Recomendações da ACI atendidas no exercício</i>	57
<i>A Nota Técnica nº 17558, refere-se ao tem 15.2 - Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.</i>	58
ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	58
17.1) <i>Outras informações consideradas relevantes pela UJ e dificuldades enfrentadas na gestão</i> ..	58
ITEM 1 DA PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	59
1. <i>Declaração do Contador Responsável</i>	59
SEÇÃO IV	60
RESULTADOS E CONCLUSÕES	60

SEÇÃO I

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo (SR/DPF/ES) está estruturada em três (03) Unidades Operacionais, composta pela sua sede, na cidade de Vila Velha - constituída por Núcleos, Setores e Delegacias Especializadas -, bem como pelas Delegacias Descentralizadas no interior do Estado: Cachoeiro do Itapemirim e São Mateus. Segue adiante o organograma da SR/DPF/ES.

Quadro I – Organograma Funcional da SR/DPF/ES



Conforme o organograma da SR/DPF/ES (Quadro I) e o Anexo IX do Regimento Interno do DPF (Portaria nº 2.877, do Ministério da Justiça, de 30 de dezembro de 2011) compõem a estrutura da Superintendência Regional, na sede, nove (09) Delegacias Especializadas, quais sejam: Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos e Delegacia de Polícia de Imigração - subordinadas a **Delegacia Regional Executiva**; e ainda, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio e Tráfico de Armas,

Delegacia de Repressão a Entorpecentes - subordinadas a **Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado**. Compõem ainda a estrutura dessa Unidade Jurisdicionada Setores e Núcleos detalhados a seguir:

I. GABINETE SR/DPF/ES

- a) Núcleo de Inteligência Policial - NIP;
- b) Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI;
- c) Setor de Recursos Humanos - SRH;
- d) Setor Técnico-Científico - SETEC;
- e) Setor de Administração e Logística Policial - SELOG:
 - 1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira - NEOF;
 - 2. Núcleo Administrativo - NAD;

II - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM;

III – DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO MATEUS.

f. DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA – DREX

- 1. Núcleo de Operações - NO;
- 2. Núcleo de Polícia Marítima – NEPOM;
- 3. Delegacia de Polícia de Imigração - DELEMIG;
- 4. Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos - DELEAQ;
- 5. Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP;

g. DELEGACIA REGIONAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – DRCOR

- 1. Núcleo de Cartório - NUCART;
- 2. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas - DELEPAT;
- 3. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV;
- 4. Delegacia de Repressão a Drogas - DRE;
- 5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ;
- 6. Delegacia de Defesa Institucional - DELINST;
- 7. Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH.

h. CORREGEDORIA – COR

- 4.1 Núcleo de Correições - NUCOR
- 4.2 Núcleo de Disciplina – NUDIS

De acordo com o artigo 20 do Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, compete às Superintendências Regionais do DPF, na sua área de atuação, entre outras atribuições: I - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal; II - administrar as Unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais; III - propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, a fim de subsidiar o planejamento operacional das Unidades Centrais; IV - executar operações policiais integradas com as Unidades Centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento; V - apoiar as Unidades Centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das

informações necessárias; VI - promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das Unidades Centrais; e VII - adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamentos e outros materiais sob a guarda da Superintendência.

O artigo 41 do Anexo I da Portaria supra estabelece que as Superintendências Regionais são subordinadas administrativamente ao Diretor-Geral e vinculadas técnica e normativamente às Unidades Centrais. As atribuições do Superintendente Regional encontram-se previstas no art. 35.

Conforme o art. 37 do Regimento Interno do DPF, aos chefes de Delegacias incumbe, entre outras atribuições: planejar, coordenar, controlar, fiscalizar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação; cumprir e fiscalizar o cumprimento das normas e diretrizes específicas emanadas das unidades centrais, orientadoras das ações policiais e administrativas, na sua área de atuação; propor, implementar e fiscalizar a execução de planos e projetos de trabalho específicos; submeter à decisão do Superintendente Regional os recursos interpostos contra indeferimento de abertura de inquérito policial, arquivamento de denúncias ou representações para instauração de procedimentos administrativos disciplinares; bem como promover e manter atualizado o controle estatístico referente às incidências criminais, à eficiência e eficácia de suas ações, para subsidiar decisões das Superintendências Regionais e unidades centrais.

SEÇÃO II

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do exercício 2011 tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo (SR/DPF/ES), de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, a Decisão Normativa TCU nº 108/2010, a Portaria TCU nº 123/2011 e as orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial, segundo os itens relacionados na parte A (conteúdo geral, com dezessete itens) e na parte B (informações contábeis da gestão, com um item) do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010.

Os quadros referentes à programação orçamentária originária das despesas, previstos na Portaria TCU nº 123/2011, são realizados apenas pela Coordenação de Orçamentos e Finanças do DPF e não foram incluídos no presente Relatório. A SR/DPF/ES opera apenas na execução orçamentária de créditos recebidos por movimentação. O item 2.3.1 - Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ – bem como o quadro demonstrativo, “Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ”, previsto na portaria TCU 123/2010, constarão no Relatório de Gestão do órgão central ao qual esta Unidade se vincula, visto que as informações a cerca da gestão do programa serão preenchidas pelos gerentes dos mesmos.

O quadro II.C.2, assim como os demais quadros previstos na parte C do Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 108/2010, constarão no Relatório de Gestão do órgão central ao qual esta Unidade se vincula, posto que os dados sobre previsão física e financeira inicial dos Programas e Ações, percentagem de execução, comentários gerais e demais informações são preenchidas pelo gerente de cada Programa, conforme informações requeridas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN). As informações e quadros (A.5.9 e A.5.10) sobre terceirização de cargos no DPF também serão respondidos de forma centralizada.

Os itens 3, 14 e 16 da Parte A, 2 a 4 da parte B, 1 a 38 da parte C e a Parte D do Anexo II da DN TCU nº 108/2010 não se aplicam à natureza jurídica desta Superintendência Regional. Convém salientar que a SR/DPF/ES não realiza transferência de recursos mediante convênio, termos de cooperação, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres, posto que tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal. Não houve recomendações da Controladoria–Geral da União para esta Unidade Jurisdicionada que tenham permanecido pendentes de atendimento no exercício de 2011.

As principais realizações da gestão, no exercício de 2011, consistiram no combate à criminalidade na sua circunscrição, sendo realizadas diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e armas, à lavagem de dinheiro, ao contrabando e descaminho, dentre outros. Foram ações de prevenção e repressão desenvolvidas no sentido de preservar os bens, serviços e interesses da União.

Foram priorizadas na SR/DPF/ES, em 2011, ações de combate ao crime organizado relacionado ao tráfico de entorpecentes e ao contrabando. As principais dificuldades para realização dos objetivos dessa Unidade Jurisdicionada recaíram, em geral, nas limitações orçamentárias, a exemplo do Decreto nº 7446/2011, estabelecendo limites e procedimentos para empenho de

despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011, cujos impactos repercutiram, sobretudo, nas áreas de atuação institucional.

Os planos e projetos para o exercício de 2012 perpassam por medidas de otimização dos controles internos, visando racionalizar os recursos disponíveis, evitando-se o cometimento de impropriedades gerenciais, bem como pela melhor estruturação das Delegacias, núcleos, setores e demais unidades desta Regional, assegurando mais equipamentos e pessoal, buscando prover condições de trabalho mais adequadas, para o cumprimento das suas missões.

Para fins de análise dos dados apresentados neste Relatório, ressalta-se que a população do Estado do Espírito Santo em 2011 foi estimada em 3.473.013 (três milhões, quatrocentos e setenta e três mil e treze) pessoas e a área territorial do Estado é de 46.078 km², distribuídos entre 78 (setenta e oito municípios); e contou com um PIB per capita acima de R\$19.145,16 no ano de 2009, ocupando a 6ª posição entre as outras unidades da Federação, segundo dados colhidos junto ao IBGE e ao Instituto Jones dos Santos Neves.

O Espírito Santo encontra-se em uma posição geográfica estratégica, o que facilita seu desenvolvimento. No litoral do Sudeste brasileiro, próximo aos grandes centros de produção e consumo do país, fazendo divisas com os estados da Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e com o oceano Atlântico. Possui um dos maiores complexos portuários da América Latina, que é responsável por cerca de 14,34% do valor exportado e por 7,14% do valor importado pelo país, movimentando, num total, em torno de 45% do PIB Estadual; é também servido por uma ampla malha rododiferroviária, que favorece o recebimento de matérias-primas e insumos e facilita o escoamento dos produtos acabados.

A rodovia BR-262 que parte de Vitória, alcançando Mato Grosso do Sul, constituindo-se na principal via rodoviária de escoamento do Corredor de Transporte Centro Leste de Exportação e Importação formado pela integração de portos capixabas com rodovias e ferrovias, principalmente com a estrada de ferro Vitória-Minas, com o objetivo de exportar parte da produção agrícola e industrial dos estados consorciados do corredor, a maioria sem litoral (MG, GO, DF, TO, MS e MT).

Cabe ressaltar que o Estado do Espírito Santo é considerado a segunda maior província petrolífera do país, se destacando também, na produção de gás natural, e com isso a indústria de petróleo no Espírito Santo tem gerado um grande volume de recursos oriundos do pagamento de royalties aos municípios nos quais estão localizados os campos produtores e as instalações das empresas.

Destaca-se que a base econômica deste Estado é bem diversificada e movimentada também negócios das cadeias produtivas da siderurgia e mineração, celulose e rochas ornamentais, agronegócio, principalmente com a produção de café e com a fruticultura, os segmentos metalmeccânicos, moveleiro, confecções, construção civil, alimentos, dentre outros.

A circunscrição da SR/DPF/ES conta com (vinte e cinco) municípios; a Delegacia de São Mateus – DPF/SMT/ES conta com 23 (vinte e três) municípios e a Delegacia de Cachoeiro de Itapemirim- DPF/CIT/ES conta com 30 (trinta) municípios, conforme Portaria nº 2099/2011-DG/DPF, de 15 de fevereiro de 2011, publicada no Boletim de Serviço nº 033, de 16/02/2011.

ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010**Quadro II – Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual**

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado Espírito Santo			
Denominação abreviada: Polícia Federal no Espírito Santo			
Código SIORG: 000324	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200352
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(27) 3041-8001	(27) 3041-8002	(27) 3041-8030
Endereço eletrônico: gab.sres@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Vale do Rio Doce, nº01, São Torquato, Vila Velha/ES			
Identificação de Unidade Jurisdicionada Agregada			
Número de Ordem: 01			
Denominação completa: Fundo de Aparentamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – Espírito Santo			
Denominação abreviada: FUNAPOL – ES			
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200353
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(27) 3041-8001	(27) 3041-8002	(27) 3041-8030
Endereço eletrônico: gab.sres@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Vale do Rio Doce, nº01, São Torquato, Vila Velha/ES			

Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas
<p>- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.</p> <p>SR/DPF/ES: Criada como Sub-Delegacia Regional pela Port. 193, de 29/04/65, BS. 082, 05/05/65. Transformada em Divisão pelo Dec. 70.665, de 02/06/72, DOU. 104, de 05/06/72. Elevada para Superintendência Regional pela Port. 039/75, BS. 052/75.</p> <p>FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.</p>
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas
<p>- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.</p> <p>- Portaria nº 2.877/MJ, de 30.12.2011, que aprova o Regimento Interno.</p> <p>- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.</p> <p>- PORTARIA No. 318/2005 – DG/DPF, de 09 de agosto de 2005, que ativa a Delegacia de Polícia Federal no município de São Mateus, Estado do Espírito Santo.</p> <p>- PORTARIA No. 683/00-DG/DPF, de 30 de julho de 2000, que dispõe sobre a instalação da Delegacia de Polícia Federal no município de Cachoeiro do Itapemirim/ Estado do Espírito Santo.</p>
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas
A SR/DPF/ES não possui manuais e/ou publicações relacionadas às atividades da UJ

SEÇÃO III

DESENVOLVIMENTO

ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência Regional no Estado do Espírito Santo exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

2.1.2) Objetivos estratégicos

Primeiramente, cumpre esclarecer que o Departamento de Polícia Federal tem seu planejamento estratégico baseado no modelo de cenários prospectivos. Considerando a revisão do Plano Estratégico de 2007/2022, de modo a adequá-lo à nova realidade de gestão estratégica, a partir da publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 03/11/2010, foi aprovada a revisão do planejamento estratégico da Polícia Federal, para o período de 2010-2022, ora representado por três instrumentos:

- Plano Estratégico, composto por:

I - Histórico;
II - Negócio;
III - Missão;
IV - Visão;
V - Valores;
VI - Fatores Críticos de Sucesso;
VII - Políticas Corporativas;
VIII - Macro Objetivos;
IX - Objetivos Institucionais; e
X - Ações Estratégicas.

- Portfólio Estratégico, que servirá como base para a estruturação, elaboração e consolidação dos Planos Plurianuais da Polícia Federal, é composto de:

I - Objetivos Institucionais;
II - Ações Estratégicas.

- Mapa Estratégico, composto de:

I - Missão;
II - Visão;
III - Perspectivas;
IV - Macro Objetivos;
V - Objetivos Institucionais, de forma destacada, contendo a síntese de seus descritores; VI - Síntese das Ações Estratégicas, dispostas conforme sua vinculação aos respectivos Objetivos Institucionais.

As Perspectivas acima referidas (inciso III) devem ser compreendidas na seguinte ordem:

I – Orçamento e Finanças;
II – Aprendizado e Crescimento;
III – Processos Internos;
IV – Clientes e Resultados.

Nesse sentido, para efeito do presente Relatório de Gestão, é oportuno elencar os Objetivos Institucionais vigentes, previstos no planejamento estratégico:

- a) **Fortalecer a cultura de gestão estratégica**
Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.
- b) **Valorizar o Servidor**
Estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.
- c) **Reduzir a Criminalidade**
Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.
- d) **Promover a Cidadania**
Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.
- e) **Incrementar os Acordos e Parcerias**
Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.
- f) **Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais**
Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.
- g) **Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação**
Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.
- h) **Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico**
Vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão.

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade em 2011

A Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Espírito Santo atua cumprindo suas atribuições legais, seguindo as diretrizes da Unidade Central, Diretorias e Coordenações, em conformidade com o planejamento Estratégico da Polícia Federal para o período 2010-2022. Em conjunto com outras unidades policiais do DPF e demais forças, órgãos de governo das três esferas, esta Regional busca ações coordenadas. As Delegacias Descentralizadas no Estado operam em consonância com a Superintendência em Vila Velha e integradas entre si, no que diz respeito aos meios e assuntos de interesse das operações desencadeadas e que ultrapassam as circunscrições dessas Delegacias. Da mesma forma, a SR/DPF/ES opera com as Unidades Centrais e outras Superintendências do Departamento de Polícia Federal.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício de 2011

Seguindo as diretrizes da Direção-Geral para o exercício de 2011, as ações previstas na Lei Orçamentária Anual, bem com a missão e a visão de futuro da instituição, a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Espírito Santo atuou fortemente no combate à criminalidade na sua circunscrição, tendo realizado operações policiais de combate ao crime organizado, ao contrabando e descaminho, ao tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, dentre outros delitos.

O atendimento ao cidadão mereceu especial atenção, com esforços voltados para aperfeiçoar os meios para a obtenção de passaportes e certidões, em prazos mais curtos, bem como assegurar melhorias na recepção dos aeroportos e no atendimento a estrangeiros. Prosseguiu-se a campanha do desarmamento, sendo recebidos diversos tipos de armas, efetuando-se cadastro e confecção de registros e portes.

2.3) *Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade*

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ, tendo em vista a gerência dos programas pertencer a Unidade Central -

2.3.2) Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

As metas físicas e financeiras estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, constantes no SIGPLAN, são aquelas consolidadas para todo o DPF e acompanhadas pelo Gerente Executivo do seu respectivo Programa, as quais constarão em Relatório específico do Órgão Central. Sendo assim, os dados discriminados no quadro adiante são aqueles disponíveis nesta Unidade Jurisdicionada, consolidados pelos setores responsáveis.

Quadro III - Execução Física e Financeira das Ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo ¹	Prio ²	Unidade Medida	Meta Física ³			Meta Financeira		
							Prev.	Real.	Para 2011	Prev.	Real	Para 2011
06 – Segurança Pública	122- Administração Geral	0750	2000	A	3	NÃO HÁ	NA	NA	NA	NA	6.452.921,55	NA
06 – Segurança Pública	422- Direitos Individuais e coletivos	1453	8375	A	3	Indenização Paga	NA	NA	NA	NA	8.300,00	NA
06Segurança Pública	125- Normatização e Fiscalização	662	2679	A	3	Documento Emitido	NA	NA	NA	NA	0,00	NA
06 – Segurança Pública	128-Formação de Recursos Humanos	0662	4572	A	3	Servidor Capacitado	NA	NA	NA	NA	4.362,80	NA
06 – Segurança Pública	181-Policimento	0662	2726	A	3	Operação realizada	NA	NA	NA	NA	1.221.588,03	NA
06 – Segurança Pública	181-Policimento	0662	8586	A	3		NA	NA	NA	NA	10.700,00	NA
06 – Segurança Pública	181-Policimento	1353	8979	A	3	% Exec. Física	NA	NA	NA	NA	0,00	NA
06 – Segurança Pública	183-Informação e Eficiência	0662	2720	A	3	Ação realizada	NA	NA	NA	NA	143.336,12	NA

Fonte: SIAFI GERENCIAL

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ O campo preenchido com o código “NA” – Não se Aplica. Seguiu-se a orientação da CGU para a hipótese de que UJ opere apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

Considerações

Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Foram desenvolvidas operações policiais voltadas ao combate às organizações criminosas, bem como atividades de combate à corrupção interna (contra-inteligência), em especial as operações DOOM, LEE OSWALD, TPA e CALAURO.

Foram realizadas dezenas de operações de inteligência (strictu sensu) para atender à demanda interna e externa (pedidos de inteligência, denúncias, técnicas especializadas etc.)

Houve participação dos servidores em treinamentos afetos à área de inteligência promovida pela DIP e ANP.

Além de todas essas atividades, também foram realizadas as diversas atividades corriqueiras decorrentes de denúncias que envolve investigações preliminares, que também demandam deslocamentos, diárias, passagens e outros gastos administrativos.

Com relação ao processo de correição o número de sindicâncias aumentou de 12 em 2010 para 22 em 2011, sendo que em 2011 foram encerradas 14 sindicâncias contra 13 encerradas em 2010. A quantidade de Processos Administrativos disciplinares aumentou de 04 em 2010 para 07 em 2011 e as conclusões desses processos pularam de 07 em 2010 para 11 em 2011.

Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

1. REDUÇÃO DE DEMANDA ELEITORAL

Polícia Judiciária

Ação: Criado o Gabinete de Gestão Integrada GGI, composto pela Polícia Federal, Justiça Eleitoral (TRE/ES), Ministério Público Estadual e Federal, e outros organismos de segurança pública, promovendo a integração e voltado para a promoção de maior celeridade no que concerne ao pronto atendimento das demandas relacionadas à elucidação de crimes eleitorais, permitindo maior velocidade no atendimento às denúncias encaminhadas ao TJ/ES, MPE, Polícia Federal e demais órgãos atuantes, otimizando, assim, o processo de investigação de crimes eleitorais

Resultado: Redução da demanda de ações policiais em face de requisições eleitorais, as quais passaram a ser concentradas no próprio TRE/ES.

Métodos utilizados: Centralização do palco de operações com a atuação conjunta de todos os seguimentos envolvidos de forma a promover ações de pronto atendimento às demandas decorrentes dos pleitos eleitorais de 2010 e futuramente no de 2012. Aplicação de súmula do STE quando à utilização da polícia civil nas comarcas em que a PF não esteja presente.

2. SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE INQUÉRITOS

Polícia Judiciária

Ação: Implementação e melhorias no sistema informatizado de atribuição de pesos aos procedimentos a serem distribuídos às autoridades policiais, adotando-se, para fins de acompanhamento de procedimentos, controle e produção de peças cartorárias. o SISCART.

Resultado: Aprimoramento dos processos de distribuição de IPLs, acompanhamento de procedimentos e maior celeridade na produção de peças cartorárias e outros expedientes, tornando mais célere e eficiente a condução de apuratórios e o tramite de documentos cartorários.

Métodos utilizados: Adoção do SISCART para controle de IPL's e de expedientes diversos, possibilitando o acompanhamento dos mesmos em tempo real.

Observações: O sistema vem tendo grande aceitação por parte das autoridades, uniformizando-se modelos e rotinas desempenhadas pelo próprio sistema..

3. IMPLEMENTAÇÃO DA FERRAMENTA DE ANÁLISE DE FLUXO TELEMÁTICO

Polícia Judiciária

Ação: Implementação do sistema informatizado visando facilitar a análise de dados de internet legalmente interceptados, suprimindo carências apresentadas por outras ferramentas existentes no mercado (Net Resident).

Resultado: Melhorias de uma ferramenta própria e adequada ao uso policial, propiciando o alcance de uma gama maior de informações e conhecimento, de forma mais dinâmica, gerenciando-se todas as informações produzidas ou acessadas pelo alvo em Chats , e-mails, sítios virtuais de relacionamentos.

Métodos utilizados: Utilização de ferramentas de desenvolvimento de sistemas Delphi.

Observações: O sistema vem tendo boa aceitação entre o público usuário policial, com grande utilização nas últimas operações da SR/ES, SR/GO (DRE), SR/CE, SR/SE, SE/AP, SR/SP.

4. SISTEMA DE CONTROLE DE ALVOS – MOSCA

Polícia Judiciária

Ação: Desenvolvimento de um sistema de banco de dados próprio e simplificado visando suprir carências apresentadas pelo sistema I2, possibilitando a visualização e controle de “relacionamento

de alvos” de forma mais prática e intuitiva, apresentando uma interface gráfica semelhante àquela utilizada pelo sítio virtual ORKUT.

Resultado: Maior facilidade na utilização da ferramenta e agilidade na localização de relacionamento de alvos. O programa não requer profundo conhecimento de seu funcionamento em face de sua interface intuitiva e dinâmica.

Métodos utilizados: Desenvolvimento de software próprio.

Observações: O sistema, embora ainda em fase de testes, vem apresentando grande aceitação em outras unidades, que já o estão utilizando (DPAT, DCOR, DIP e outras).

5. PESQUISAS DE OPINIÃO PÚBLICA – QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Gestão Administrativa

Ação: Manutenção de ferramenta de pesquisa de opinião pública, através de questionários aos usuários do serviço da DELEMIG/ES, visando avaliar a qualidade do serviço de emissão de passaporte e proporcionar maior feedback com o público usuário dos serviços do DPF. Possibilidade de utilização da figura do usuário “sombra” (contratado) para avaliação da qualidade de atendimento fornecido pelos setores ao cidadão através da elaboração de relatório circunstanciado acerca de fatores tais como: prestimosidade, urbanidade, eficiência, conhecimento da matéria, interesse (proatividade).

Resultado: Analisando relatórios e resultados de pesquisas, poderão ser detectadas falhas internas e se promover a visualização de alternativas destinadas à correção das mesmas, com a consequente avaliação dos servidores e serviços efetivamente prestados, assim como o nível de satisfação dos usuários. Em relação ao atendimento.

Métodos a serem utilizados: Aplicação periódica de questionário para usuários do serviço, a fim de se analisar críticas e elogios, visando detectar a necessidade de melhorias no serviço de atendimento ao público.

Ação 2586 - Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional

PRAZO PARA AGENDAMENTO DO PASSAPORTE.

Atualmente o usuário do serviço obtém o documento em aproximadamente 03 dias úteis.

Ação 8375 - Campanha de Desarmamento

No Estado do Espírito Santo a Polícia Federal, no ano de 2011, pagou R\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais) em indenizações pela entrega de armas de fogo através da campanha de desarmamento entregues na sistemática de pagamento da campanha em que era necessária a formalização de processo com identificação do beneficiário via sistema SIAFI.

Em 08 de maio de 2011 foi lançada nova sistemática de pagamento das armas arrecadadas através da campanha de desarmamento. Nessa nova logística o cidadão ao entregar a arma em unidade da Polícia Federal e recebe um protocolo do Banco do Brasil, composto de 16 dígitos, e uma senha de quatro dígitos, única e intransferível, que ele mesmo cadastra na hora. De posse deste documento, o cidadão se dirige a uma das agências ou caixas eletrônicas do Banco do Brasil para sacar a indenização. O prazo para sacar a indenização é de 24 horas até 30 dias após a entrega da arma e o valor pode variar de R\$ 100, R\$ 200 e R\$ 300, conforme a arma de fogo.

Por essa nova forma de pagamento, o montante pago não é controlado pelo setor Financeiro da SR/DPF/ES.

Foram arrecadadas "entrega voluntária" 329 armas de fogo e registradas 505 armas novas (aquisições), renovamos 630 registros de armas, foram feitas 174 transferências de armas, foram indeferidos 52 portes de arma de fogo e concedidos somente 18 portes em face do espírito desarmamentista.

O potencial de desempenho do SINARM foi otimizado quando da implantação do sistema DESARMA. A capacidade de reação da potencialidade do SINARM se deu também a partir da sua estratégia, no tocante a capacitação de pessoal.

Foi realizado em 2011, um treinamento para a utilização da Rede DESARMA, capacitando 22 policiais militares, 50 policiais civis, 1 do corpo de bombeiros e 7 funcionários do DPF, totalizando 73 servidores. A interiorização se deu no ano de 2011, através das delegacias de Cachoeiro de Itapemirim no Sul do Estado e na delegacia de São Mateus Norte do Estado do Espírito Santo.

A conexão de objetivos estratégicos unindo capacitação de pessoal e informatização nos forneceu uma estruturação mínima, como foi o aplicativo computacional da Rede DESARMA, o cidadão teve a credibilidade no sistema ao saber que poderia, após 24 horas, fazer o saque da sua indenização no caixa eletrônico do Banco do Brasil.

Vale ressaltar, a reclamação em relação ao valor da indenização, se o valor mínimo pago por arma fosse R\$300,00, com certeza teríamos uma arrecadação maior de armas, uma vez que armas mais novas seriam entregues.

O plano de gestão deve considerar o ambiente atual e futuro, relatos obtidos a partir do ponto de vista do cidadão, observamos que ainda existem muitas armas ilegais, que não foram

registradas no período da anistia, é perceptível a quantidade de pessoas em busca de um novo cadastramento.

Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO 2011	2009	2010	2011
1. PROPORCIONADAS PELO DPF (Presenciais)			
1.1. INICIATIVAS DA ANP e OUTRAS DIRETORIAS	44	69	42
1.2. INICIATIVAS SR/DPF/ES	08	21	07
2. PROPORCIONADAS POR OUTRAS INSTITUIÇÕES	24 (*)	36 (*)	29 (*)
3. SERVIDORES CAPACITADOS	112(**)	536 (**)	198 (**)
4. REDE SENASP EAD (Ensino a Distancia)	79	100	87

(*) Estão incluídas as Licenças Capacitação

(**) Alguns servidores foram considerados mais de uma vez para fins de soma, pois participaram de mais de uma ação.

O Núcleo de Armamento e Tiro da SR/DPF/ES promoveu treinamentos específicos na área do saber policial, contribuindo para aprimorar as metodologias de ação da Polícia Federal no tocante ao manuseio de armamento - a serviço, em cursos de capacitação ou em ocasiões diversas.

Além das ações elencadas, realizamos capacitação para 73 servidores da Polícia Civil, Militar e Corpo de Bombeiros para operar o Sistema DESARMA – Ministério da Justiça;

Conforme mensagem Oficial-Circular nº 01/2011-DGP/DG/DPF as contratações e autorizações de capacitação nos moldes da IN. 08/04-DG/DPF, foram suspensas no período de março setembro/2011.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação orçamentária da despesa

As informações de dotação não se aplicam a unidade, pois a previsão orçamentária, na Lei Orçamentária Anual, especifica somente o orçamento do Órgão da Unidade Orçamentária, ou seja, do Departamento de Polícia Federal, e não da Unidade Executora.

Quadro IV - Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200336
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	30909	200337

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela Unidade Jurisdicionada por Movimentação

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro V - Despesas por Modalidade de Contratação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação				
Convite		0,00		0,00
Tomada de preços		0,00		0,00
Concorrência		0,00		0,00
Pregão	4.465.988,40	6.312.071,37	4.465.988,40	5.185.722,01
Concurso		0,00		0,00
Consulta		0,00		0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	348.895,69	62.842,20	348.895,69	37.145,40
Inexigibilidade	582.953,49	775.566,62	580.990,49	605.227,44
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	157.440,84	244.278,86	157.440,84	244.278,86
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	1.323.462,68	2.276.541,77	1.320.431,63	2.276.541,77
Outras	-	-		-

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2.2.2) Despesas Correntes dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro VI - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1-Despesas de Pessoal								
08 Outros Benefícios Assistenciais	79.728,28	27.806,39	79.728,28	27.806,39	0,00	0,00	79.728,28	27.806,39
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3- Outras Despesas Correntes								
14 Diárias - Pessoal Civil	1.323.462,68	2.276.541,77	1.323.462,68	2.276.541,77	0,00	0,00	1.320.431,63	2.276.541,77
30 Materiais De Consumo	878.389,82	914.920,60	648.363,54	914.920,60	230.026,28	82.767,78	648.363,54	792.333,59
33 Passagens E Despesas Com Locomoção	228.744,59	364.402,25	160.459,84	364.402,25	68.284,75	79.484,94	160.459,84	284.917,31
36 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	96.500,00	102.350,00	96.500,00	102.350,00	0,00	0,00	96.500,00	102.350,00
37 Locação De Mão-De-Obra	2.687.077,11	2.691.481,71	2.295.261,76	2.524.292,79	391.815,35	167.188,92	2.295.261,76	2.317.352,83
39 Outros Serviços De Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	2.667.935,58	2.823.745,75	1.965.554,88	2.276.627,85	702.380,70	547.117,90	1.963.591,88	2.272.024,49
47 Obrigações Tributárias E Contributivas	22.097,32	12.312,75	16.595,39	11.621,38	5.501,93	691,37	16.595,39	11.446,48
92 Despesas De Exercícios Anteriores	244.224,81	655.326,11	243.999,44	655.326,11	225,37	-	243.999,44	655.326,11
93 Indenizações e Restituições	784.762,01	196.885,03	676.220,46	193.099,88	108.541,55	3.785,15	676.220,45	193.099,88

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2.2.3) Despesas de Capital dos Créditos Recebidos por Movimentação
 Quadro VII- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
 VALORES EM R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4- Investimentos								
51 - OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORC.		112.106,40		-		112.106,40		-
52- EQUIPE MATERIAL PERMANENTE - OP. INTRA-ORC.	589.795,77	448.577,48	396.421,77	416.669,89	193.374,00	31.907,59	396.421,77	154.869,89

Fonte: SIAFI Gerencial

Considerações

Esta Unidade Gestora – UG tem realizado esforços para se adequar às cotas orçamentárias distribuídas pela administração central. Assim, várias medidas de contenção de gastos foram realizadas.

Exemplo: plano de redução de gastos dos seguintes contratos:

Energia elétrica;

Água e esgoto;

Telefonia móvel e fixa;

Contratos de terceirização;

Contratos de manutenção da Flotilha e de Veículos;

Passagem aérea;

Diárias, etc.

Porém, com as repactuações de contratos em virtude de data base de categorias de prestadores de serviços (terceirização), que tem sido na ordem de 10% anualmente, os créditos disponibilizados a esta UG vem ocorrendo de forma insuficiente para realizar outras despesas correntes, a exemplo dos bens de consumo (material de expediente e suprimento de informática).

2.4.3) Indicadores Institucionais da Unidade Jurisdicionada

O Departamento de Polícia Federal tem buscado desenvolver instrumentos e mecanismos que possibilitem avaliar, de forma consistente, o resultado de seu desempenho institucional, de modo a subsidiar as decisões de seu corpo diretivo, e, também, melhor prestar contas à sociedade e ao Governo Federal sobre sua atuação.

Atendendo às recomendações do órgão de Controle Interno da Presidência da República no sentido de estabelecer indicadores de desempenho para medir os produtos, serviços e resultados alcançados pela gestão da Polícia Federal quanto aos objetivos estratégicos, houve contratação de instituições que ficariam incumbidas deste propósito em exercícios anteriores,, a exemplo do Instituto de Desenvolvimento Gerencial - INDG e da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Todavia, em função de fatores diversos e diante dos resultados iniciais apresentados, restou prejudicado o atendimento na apresentação dos índices demandados.

Ocorre, entretanto, que foi criado o Centro Integrado de Gestão Estratégica - CIGE/DPF, instituído pela Portaria nº 1.990/2010-DG/DPF, de 30 de novembro de 2010, diretamente subordinado ao Diretor-Geral, o qual possui, entre outras atribuições, a seguinte: "II. propor normas, critérios, mecanismos e diretrizes específicas referentes a medidores de desempenho e prospecção de cenários, exceto ao que se referir à atividade de inteligência policial."

Desta forma, pretende-se fortalecer a cultura de gestão estratégica, a necessidade de integrar e avaliar as iniciativas de modernização da gestão, bem como a política de planejar a administração dos sistemas e macroprocessos da Polícia Federal, de maneira permanente e flexível, a fim de adaptá-los com rapidez às novas metodologias gerenciais e às evoluções de cenários.

Nos próximos anos, deverão ser desenvolvidas ações que implicarão na elaboração dos indicadores de desempenho no âmbito desta Polícia Federal, mediante a definição e monitoramento das metas a serem atendidas, inclusive em relação aos acordos e convênios firmados com entes nacionais como os estrangeiros.

O DPF só possui dois indicadores institucionais relativos a inquéritos. Há uma iniciativa do Escritório de Projeto do Órgão no sentido de criar mais indicadores para todo o Departamento. Segundo o acordado em reunião realizada no começo do ano de 2012, os trabalhos correlatos devem começar ainda este ano.

ITEM 3 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

A UG – Unidade gestora do Sistema SIAFI associada à UJ, não realizou lançamentos contábeis nas Contas Contábeis: 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 ou 21219.22.00.

ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro VIII – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	44.597,67		44.597,67	0,00
2009	96.036,22	-	95.836,22	200,00
2008	2.259.693,93	-98.885,99	2.160.807,94	2.259.693,93
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	1.183.594,33	-127.103,90	951.037,26	105.453,17
2009	1.577.078,06	47.189,27	1.372.344,51	157.544,28
2008	7.221,34	-1.078,72	6.142,62	-
Observações: Exceto as considerações expostas adiante, não há nenhuma análise adicional digna de registro.				

Fonte: SIAFI Gerencial

OBS.: Saldos a pagar em 31/12: Montante Inscrito – Cancelados – Pagos = saldo a pagar em 31/12.

ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010**5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos****Quadro IX - Composição do Quadro de Recursos Humanos**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2)	-	330	-	-
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-		-	-
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	330	-	-
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	316	-	-
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-		-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-		-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	14	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-		-	-
3. Total de servidores (1+2)	-	330	-	-

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/12

Quadro X – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	9
3.2. A pedido, a critério da Administração	

3.3.	A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4.	A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5.	A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4.	Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1.	Doença em pessoa da família	<i>1</i>
4.2.	Capacitação	
5.	Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1.	Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2.	Serviço militar	
5.3.	Atividade política	
5.4.	Interesses particulares	<i>1</i>
5.5.	Mandato classista	<i>1</i>
6.	Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7.	Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	<i>14</i>

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/12

Quadro XI – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	0			
1.1. Cargos Natureza Especial	0			
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	4	3	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0			
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0			
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0			
1.2.4. Sem vínculo	0			
1.2.5. Aposentados	0			
2. Funções gratificadas	0			
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	21	1	20
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0			
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0			
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	0	25	4	21

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/12

Quadro XII – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	4	116	112	63	10
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			3	1	
2.3. Funções gratificadas		9	10	2	
3. Totais (1+2)	4	125	125	66	10

Quadro XIII – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
1. Provimento de cargo efetivo					51	254				
1.1. Membros de poder e agentes políticos										
1.2. Servidores de Carreira					51	254				
1.3. Servidores com Contratos Temporários								25		
2. Provimento de cargo em comissão										
2.1. Cargos de Natureza Especial										
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior								4		
								21		
2.3. Funções gratificadas										
					51	279				
3. Totais (1+2)										

Fonte: Planilha SRH/SIAPE

Situação apurada em 31/12

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão à CGU, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF. Os quadros expostos adiante, sobre aposentadorias e pensões concedidas no âmbito da SR/DPF/ES, referem-se a dados apenas ano exercício de 2011, de forma que o quantitativo (total) de servidores inativos ou de pensionistas é acompanhado pela CRH/DGP/DPF.

Quadro XIV – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Regime de proventos / Regime de aposentadoria		Quantidade	
		De servidores aposentados até 31/12	De aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral		156	13
1.1	Voluntária	125	12
1.2	Compulsória		
1.3	Invalidez Permanente	31	1
1.4	Outras	9	
2. Proporcional		5	
2.1	Voluntária		
2.2	Compulsória	4	
2.3	Invalidez Permanente		
2.4	Outras		
3. Totais (1+2)		165	13

Fonte: Planilha do Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/ES – situação em 31/12

Quadro XV - Quadro de Instituidores de Pensão

Regime de proventos do servidor instituidor		Quantidade de Beneficiários de Pensão	
		Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado		100	3
1.1.	Integral	62	3
1.2.	Proporcional	38	
2. Em Atividade			
3. Total (1+2)		100	3

Fonte: SIAPE e Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/ES – situação em 31/12

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro XVI - Composição do Quadro de Estagiários na UJ

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágios vigentes				Despesas no exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim	10	10	8	8	54.979
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim	4	5	6	6	22.583,
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	14	15	14	14	77.562,

Fonte: Planilha do Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/ES

5.4) Demonstração dos custos de pessoal da UJ

Quadro XVII - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários			
Membros de poder e agentes políticos									
<i>Exercícios</i>	2011								
	2010								
	2009								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão									
<i>Exercícios</i>	2011	39.647.603	841.669	126.717	1.121.326				41.737.315
	2010	39.574.683	1.131.384	130.977	1.158.346				41.995.390
	2009	37.139.857	1.000.571	122.172	502.268				38.764.868
Servidores com Contratos Temporários									
<i>Exercícios</i>	2011								
	2010								
	2009								
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença									
<i>Exercícios</i>	2011	352.528							352.528
	2010	140.681							140.681

2009

Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial

Exercícios 2011

2010

2009

Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior

Exercícios 2011

921.360

921.360

2010

993.537

993.537

2009

1.251.160

1.251.160

Servidores ocupantes de Funções gratificadas

Exercícios 2011

7.589.991

7.589.991

2010

8.919.202

8.919.202

2009

8.736.053

8.736.053

Fonte: SIAFI – Valores em R\$1,00

5.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 – Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ, tendo vista que os dados são apresentados de forma centralizada. -

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ. -

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

Quadro XVIII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo													
UG/Gestão: 200352/0001							CNPJ: 00.394.494/0025-03						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	08285.002993/2011-88	00.482.840/0001-38	01/04/2011	31/12/2012		X					P
2011	V	O	08285.008462/2009-84	08.944.765/0001-91	01/01/2011	31/12/2012				X			P
Observação:													

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos/SR/DPF/ES

5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão
 Quadro XIX - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo													
UG/Gestão: 200352/0001						CNPJ: 00.394.494/0025-03							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	Manutenção de bens imóveis	O	08285.01760/2010-31	30.964.795/0001-19	01/01/2011	31/12/2012				X			P
2011	Recepção, copeiragem e outras	O	08285.017591/2011-88	05.261.183/0001-12	01/01/2012	31/12/2012		X		X			A
2011	Informática	O	08285.017197/2010-69	03.354.844/0001-29	01/01/2011	31/12/2012	X						P
Observação:													
LEGENDA				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
Área: 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção;													

- | | |
|--|--|
| <ol style="list-style-type: none">8. Reprografia;9. Telecomunicações;10. Manutenção de bens móveis11. Manutenção de bens imóveis12. Brigadistas13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes14. Outras | |
|--|--|

Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos/SR/DPF/ES

5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Considerações gerais

- Absenteísmo -

- **Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais** - No decorrer do ano de 2011, foram instauradas pela Corregedoria 08 Procedimentos especiais de Acidente de Serviço, sendo 04 (quatro) homologados e 01 (um) procedimento aguardando ainda a homologação junto à Coordenação de Recursos Humanos/DGP/DPF.

O Governo Federal, por meio do Ministério do Planejamento, ao longo dos últimos sete anos vem empreendendo esforços no sentido resolver antigas questões relacionadas à saúde e segurança no trabalho no serviço público. A partir de dezembro de 2007 se estabelece o compromisso de construir e implantar, de forma compartilhada, uma Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal - PASS, sustentada por um sistema de informação em saúde do servidor, uma sólida base legal, uma rede de unidades e serviços e a garantia de recursos financeiros específicos para a implementação de ações e projetos. Movimento que deu consequência à criação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor - SIASS.

O SRH local em conjunto com o Setor de Atendimento Médico da SR, coordena as licenças por motivo de doença, convoca os servidores para as perícias médicas periódica, bem como acompanha atividades relativas ao serviço de saúde dos trabalhadores. Dentre as atividades desempenhadas podemos destacar Avaliação do Potencial Laborativo, Laudo de Exame Médico-Pericial, Requerimento para Seguridade Social, Resultado de Exame Médico Pericial, Registros de Ocorrências em Seguridade Social, Pedido de Reconsideração, Solicitação de Readaptação, Comunicação de Acidente em Serviço, Convocação de Servidor.

Quanto aos acidentes de trabalho, a Corregedoria local é a responsável pela apuração de sindicâncias.

Segundo o Serviço Médico do DPF, está sendo desenvolvido sistema Gerencial para o adequado acompanhamento dos procedimentos de Acidentes de Trabalho e doenças ocupacionais, que possibilitará a prestação de detalhamentos adicionais para os órgãos de controle.

- **Rotatividade (*turnover*)** – Encontra-se em desenvolvimento pela DGP relatório de análise da Rotatividade de pessoal.

- **Educação Continuada** - A DGP pretende elaborar relatório gerencial que demonstre a quantidade de cursos disponibilizados e aqueles efetivamente realizados.

- **Disciplina** - A cargo da Corregedoria Regional da SR/DPF/ES, mediante o desenvolvimento de critérios para aplicação com futura avaliação de desempenho. Em 2011, foram instaurados 07 (sete) Procedimentos Administrativos Disciplinares, 22 (vinte e duas) sindicâncias investigativas e nenhuma sindicância acusatória. Ademais, a Corregedoria realizou, em sete unidades desta Unidade Jurisdicionada, 890 correções ordinárias.

O DPF só possui dois indicadores institucionais relativos a inquéritos. Há uma iniciativa do Escritório de Projeto do Órgão no sentido de criar mais indicadores para todo o Departamento. Segundo o acordado em reunião realizada no começo do ano de 2012, os trabalhos correlatos devem começar ainda este ano.

ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

7. 1) Declaração sobre Contratos e Convênios – SIASG E SICONV

Quadro XX - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

7. 1) Declaração sobre Contratos e Convênios – SIASG E SICONV

Quadro XX - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

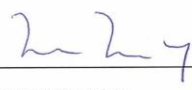
Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo	200352, 200353

Eu, Deusvaldo Replande de Carvalho, CPF nº 33428344120, ocupante do cargo de Perito Criminal Federal, exercido na Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos celebrados por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

VILA VELHA/ES, 27 de março de 2012.



CPF 33428344120
Perito Criminal Federal

ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010**8. 1) Informações sobre declarações de bens e rendas**

Quadro XXI– Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	4	4	4
	Entregaram a DBR	4	4	4
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	1	1	1
	Entregaram a DBR	1	1	1
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	21	21	21
	Entregaram a DBR	21	21	21
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

8. 2) Análise Crítica

O Setor de Recursos Humanos (SRH) da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo vem cumprindo as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, de maneira que todos os servidores desta Unidade Jurisdicionada que estão obrigados, por força de lei, à entrega das suas Declarações de Bens e Rendias (DBR), são instados a fazê-lo anualmente.

Adicionalmente, os servidores desta Unidade também têm autorizado o acesso das suas Declarações Anuais de Ajuste de Imposto de Renda, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por intermédio de assinatura e entrega ao SRH de Termo de Autorização de Acesso, cujo modelo de documento foi estabelecido pela Coordenação de Recursos Humanos do DPF, para fins de cumprimento da exigência contida no parágrafo 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005.

ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010**9. 1) Estrutura de Controles Internos da UJ**

Quadro XXII - Estrutura de controles internos da SR/DPF/ES

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		X			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	X				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.	X				
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	X				
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				

16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	X				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.	X				
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.	X				
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	X				
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
Considerações gerais					
Metodologia utilizada pela UJ para responder os quesitos: Foi designado um servidor da Unidade Jurisdicionada					

lotado no SELOG/SR/DPF/ES para fornecer as respostas.

Esta UG não possui unidade de controle interno formalizada. Porém, existem diversos tipos de controles internos implementados através de sistemas, tanto os provenientes da administração central quanto os implementados por esta UG.

Exemplo:

Controle de entrada e saída de viaturas, abastecimento de viaturas via cartão e gerenciamento de frota;

Controle de acesso a sistemas através de senhas específicas e com identificação dos respectivos usuários;

Corregedoria ativa que apura responsabilidade por danos e extravios de materiais;

Segregação de funções nas atividades de licitação, gestão de contratos, execução orçamentária (liquidação, empenho e pagamento), conformidade de gestão, funções de almoxarifado, etc.

Controle na guarda e requisição de bens através do sistema E- LOG, elaborado pela Fundação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte;

Controle de pessoal através de sistema E-GP;

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Embora a Direção Geral do DPF tenha definido, no seu planejamento estratégico de médio prazo, como uma de suas prioridades a ampliação da atuação da Assessoria de Controle Interno, por meio da criação de projeções regionais em todas as suas vinte e sete Superintendências, a Regional da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo não possui Unidade de Controles Interno que possa responder sobre a natureza dos controles em questão. Até o presente momento, estas atribuições são realizadas pela Controladoria-Geral da União, pelo Assessor de Controle Interno da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal e pela Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça, juntamente com os demais órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro XXIII - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	Aquisições de produtos reciclados				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	Redução do consumo				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	Exigência de qualidade nos produtos de limpeza				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Informações em reuniões e mensagens				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Comunicações oficiais, serviço de mensageria				
Considerações Gerais:					

Item 05- as lâmpadas adquiridas pela SR/DPF/ES são econômicas (fluorescentes).
Item 08- são reciclados os toner das impressoras lasers.
A UJ promoveu o plantio de árvores na grande Vitória, São Mateus e Cachoeiro de Itapemirim com a finalidade de cumprir as regras/determinações do programa carbono neutro;
A UJ eliminou as aquisições de copos descartáveis para os servidores com a finalidade de cumprir as regras/determinações do programa carbono neutro;
Foram adquiridas poltronas com couro ecológico;
Nas licitações destinadas a descupinização, desratização, foram exigidos produtos não agressivos ao meio ambiente e pessoas;
Nas licitações de manutenção da frota exigiu-se das empresas vencedoras certificações e registros ambientais nos órgãos competentes.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Avaliação

Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos/SR/DPF/ES

ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010*11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial*

Seguem adiante três quadros com dados sobre a distribuição espacial e discriminação dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União, sob responsabilidade da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo, bem como sobre os imóveis locados por esta Regional.

Quadro XXIV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	<i>UF Espírito Santo</i>	5	5
	<i>município Vitória</i>	1	1
	<i>município Vila Velha</i>	2	2
	<i>município Cachoeiro de Itapemirim</i>	1	1
	<i>Município São Mateus</i>	1	1
Subtotal Brasil		5	5
EXTERIOR		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		5	5

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Quadro XXV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	<i>UF Espírito Santo</i>	1	1
	<i>município São Mateus</i>	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: Setor de Gerenciamento de Contratos/SELOG/SR/DPF/ES

Quadro XXVI - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da Unidade

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel em R\$			Despesa com Manutenção no exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações	
200352	570500352500-0	Propriedade da União	Regular	406.355,99	31/07/2000	Sem Reavaliação			
200352	562300024500-8	Propriedade da União	Bom	320.892,02	28/08/2001	Sem Reavaliação			
200352	570300044500-9	Propriedade da União	Bom	105.874,81	16/05/2001	Sem Reavaliação			
200352	569700023500-6	Propriedade da União	Regular	207.483,21	02/12/2002	Sem Reavaliação			
200352	570300043500-3	Propriedade da União	Novo	14.404.096,11	04/01/2007	Sem Reavaliação			
Total								765.083,93	

Fonte: Setor de Edificações/SELOG/SR/DPF/ES e Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

RIP – Registro Imobiliário Patrimonial

No que se refere às despesas realizadas com manutenção predial em 2011, não há como fazer distinção entre gastos com IMÓVEL e com INSTALAÇÕES. Cabe ressaltar que tal distinção se torna praticamente impossível visto que nosso contrato de manutenção é composto por fornecimento de mão de obra de forma geral, promovendo a manutenção para a conservação do imóvel com vistas a evitar que ele se deteriore bem como para a melhoria das instalações existentes.

Foi preenchido no campo “**Total**” o montante gasto com manutenção e de todos os Imóveis e Instalações, uma vez que o contrato de manutenção não está segregado por imóvel, mas por posto de trabalho.

ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010**12.1) Gestão de Tecnologia da Informação**

No DPF, a área de Tecnologia de Informação é composta por um órgão central, a Coordenação de Tecnologia da Informação - CTI, responsável pela elaboração e consolidação do Plano Diretor de Informática, pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas corporativos, pela estrutura da intranet e conexões dessa com a internet, entre outras funções típicas de Direção Geral. Regionalmente, nas Superintendências, os Núcleos de Tecnologia da Informação - NTIs são responsáveis pela difusão e aplicação das diretrizes e normas traçadas pela CTI, pela manutenção da infraestrutura de TI, em especial equipamentos e intranet, e pelo atendimento aos usuários da região.

Segue adiante um quadro contendo a avaliação da gestão de Tecnologia de Informação no âmbito desta Unidade Jurisdicionada.

Quadro XXVII - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.			X		
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI. 1 Policial + 4 AADM + 5 terceirizados	Informar quantitativos 10				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade. ATE (Agente de Telecomunicações e Eletricidade)					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação. (CTI, em Brasília/DF)			X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico. (Portaria 779/2009 – DG/DPF)				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	

10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			X		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	NUTEL: +/- 10% serv. NUINF:100% serviços				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
<p>Considerações Gerais:</p> <p>Informações obtidas mediante leitura de Instruções Normativas, sendo que em alguns casos não foi encontrado qualquer documento regulador, e sendo certo que muitas rotinas são gerenciadas diretamente pelo órgão central (CGTI).</p>					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p><u>Níveis de avaliação:</u></p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					

ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010**13.1) Despesas com Cartão de Crédito Corporativo**

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo executou despesas por meio de suprimento de fundos, utilizando o Cartão de Pagamento do Governo Federal, observando as disposições constante nos Decretos números 5.355/2005, 6.370/2008, 93.872/1986 (artigo 47) e 3.518/2000, Instrução Normativa (IN) nº 05/1996-Secretaria do Tesouro Nacional, Portaria 90, de 24 de abril de 2009-Ministério do Planejamento, Portaria nº 95-Ministério da Fazenda, de 19 de abril de 2002, bem como a legislação adicional referente ao assunto em pauta.

Em 09 de novembro de 2009, foi expedida a Instrução Normativa nº 11/2009-Direção Geral do DPF, que alterou a IN nº 09/2008-Direção Geral do DPF, atualizando os procedimentos, consoante as Portarias (supracitadas) expedidas em 2009, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministério da Justiça.

Assim, a nova IN nº 011/2009-DG/DPF manteve a regulamentação da concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos para o custeio das despesas decorrentes das atividades peculiares ao Departamento de Polícia Federal – DPF, com regime especial de execução, estatuído no artigo 47 do Decreto nº 93.872/86, e das despesas previstas no art. 45 do mesmo instrumento legal, atualizando as orientações voltadas para os Ordenadores de Despesas e supridos, de forma prática e objetiva, na gestão de tais adiantamentos, visando à padronização dos procedimentos envolvidos.

Em 2011, nesta Unidade Jurisdicionada, houve redução de 34 % das despesas pagas mediante suprimento de fundos, em relação ao ano de 2010. Os montantes de gastos com Cartões de Pagamento do Governo Federal nos referidos exercícios estão expostos no quadro abaixo.

Quadro XXVIII – Despesas pagas com cartão de crédito corporativo por UG e por suprido (Despesas de Pequeno Vulto)

Código da UG 1	200353	Limite de Utilização da UG	1.050.000,00		
Portador*	CPF*	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
HOMERO DE ANDRADE GOMES	837.664.486-68	8.000,00	270,00	3.414,31	3.684,31
DARCI RIGO	101.895.991-20	5.000,00	1.247,00	3.271,43	4.518,43
SANDRA REGINA S. RIBEIRO	069.393.332-15	3.000,00	0	0	0
DARCI RIGO	101.895.991-20	4.500,00	610,00	3.366,98	3.976,98
HOMERO DE ANDRADE GOMES	837.664.486-68	2.000,00	0	1.925,00	1.925,00
Total utilizado pela UG sob Regime de Pequeno Vulto			2.127,00	11.977,72	14.104,72
Total utilizado pela UJ					

Fonte: SIAFI

*Obs.: Os supridos que executaram despesas sob o regime especial de execução tiveram seus nomes e CPFs omitidos, em observância ao §1º do art. 4º da Decisão Normativa TCU N° 108/2010. Assim, o quadro acima apenas contempla o CPF dos supridos que realizara despesas de pequeno vulto.

Quadro XXIX – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador
(Regime Especial de Execução)

Código da UG Funapol	200353	
Regime Especial de execução	Valor Individual Concedido	Total Efetivamente aplicado
Total utilizado pela UG em 2011 sob o Regime Especial de Execução	174.000,00	143.323,12
Total utilizado pela UG em 2010 sob o Regime Especial de Execução	225.000,00	223.671,37

Fonte: SIAFI

Quadro XXX – Despesas de Pequeno Vulto Com Cartão de Crédito Corporativo –
(Série Histórica)

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	11	2.127,00	10	11.977,72	14.104,72
2010	41	12.405,00	29	20.774,10	33.179,10
2009	60	14.080,00	28	27.529,93	41.609,93

Fonte: SIAFI

ITEM 15 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

15.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício

No exercício de 2011 o TCU emitiu o Acórdão 8258/2011 – TCU 2ª Câmara que está em atendimento conforme item 15.2.

15.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro XXXI – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

<i>Unidade Jurisdicionada</i>					
<i>Denominação completa:</i>					<i>Código SIORG</i>
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado Espírito Santo					000324
<i>Deliberações do TCU</i>					
<i>Deliberações expedidas pelo TCU</i>					
<i>Ordem</i>	<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Tipo</i>	<i>Comunicação Expedida</i>
01	TC-027.866/2010-6	8258/2011	1.5.1		
<i>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</i>					<i>Código SIORG</i>
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado Espírito Santo					000324
<i>Descrição da Deliberação:</i>					
1.5.1.1. regularize o pagamento das pensões dos instituidores de matrícula SIAPE 0175036 e 0177077, face a indevida incidência do percentual de 20% previsto no art. 184, II, da Lei 1.711/1952 sobre os valores da GDATA e da GEAPF, em contraposição ao disciplinado pelos artigos 4º da Lei 10.404/2002 e 6º da Lei 11.095/2005, conforme apontado no item 2.1.2.1 do Relatório de Auditoria de Gestão CGU/ES 244051;					
1.5.1.2. promova o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente aos beneficiários das pensões acima indicadas;					
<i>Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento</i>					
<i>Setor responsável pela implementação</i>					<i>Código SIORG</i>
Setor de Recursos Humanos					
<i>Justificativa para o seu não cumprimento:</i>					
Em virtude das justificativas apresentadas pelo setor de Recursos Humanos a Controladoria Geral da União no Estado do Espírito Santo, através da nota técnica nº 17558 CGU de 10/11/2011 deu prazo até 28/02/2012 para atendimento.					
<i>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</i>					
A implementação das determinações é de responsabilidade do Órgão Central de Recursos Humanos. Ao setor de Recursos Humanos desta Superintendência compete solicitar Divisão Central de Pagamentos a implementação das					

ações solicitadas.

15.3) Recomendações da ACI atendidas no exercício

Em 10 de novembro de 2011 a CGU emitiu a Nota Técnica nº 1758, visando atendimento do Acórdão TCU 8258/2011 – TCU 2ª Câmara que se refere aos pagamentos indevidos destacados no item 3.1.3.1 do Relatório de Auditoria de Gestão 244051/2009.

Quadro XXXII – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado Espírito Santo			000324
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota Técnica nº 17558	01	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado Espírito Santo			000324
Descrição da Recomendação:			
RECOMENDAÇÃO: 001 Após a comunicação da impropriedade e a concessão de prazo para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório, excluir o pagamento da diferença de vencimento/proventos prevista no artigo 7º, da Lei nº 8.270/1991 (rubricas SIAPE nº 00490 e nº 00491); da Vantagem Pessoal prevista no artigo 13 da Lei nº 8.216/1991 (rubrica SIAPE nº 00175); da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI prevista no artigo 7º, § 2º, do Decreto nº 90.698/1984 (rubrica SIAPE nº 00279) e da rubrica SIAPE nº 00854 - RESIDUOS ATS-EX-LBA - OC 32/97 da ficha financeira dos interessados. Somente se a redução dessas vantagens tornar o atual valor da remuneração menor do que o valor recebido em fevereiro/2008 (folha de pagamento anterior à vigência financeira da Medida Provisória nº 431/2008) deverá ser concedida aos interessados uma vantagem pessoal nominalmente identificada com fundamento no princípio da irredutibilidade de remuneração/proventos.			
RECOMENDAÇÃO: 002 Realizar o levantamento dos valores pagos indevidamente aos interessados para fim de ressarcimento ao Erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SETOR DE RECURSOS HUMANOS			
Síntese da providência adotada:			
As recomendações foram atendidas, com exceção das impedidas por decisão judicial, conforme constatado na nota técnica CGU nº 17558 de 10/11/2011.			
Síntese dos resultados obtidos			
As recomendações foram atendidas, com exceção das impedidas por decisão judicial, conforme constatado na nota técnica CGU nº 17558 de 10/11/2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A implementação das determinações é de responsabilidade do Órgão Central de Recursos Humanos. Ao setor de			

Recursos Humanos desta Superintendência compete solicitar Divisão Central de Pagamentos a implementação das ações solicitadas.
--

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

A Nota Técnica nº 17558, refere-se ao tem 15.2 - Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.

ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

17.1) Outras informações consideradas relevantes pela UJ e dificuldades enfrentadas na gestão

As principais dificuldades enfrentadas na gestão consistiram basicamente na escassez de pessoal - principalmente nas atividades de apoio – e também de recursos financeiros. Foram enfrentadas dificuldades quanto aos limites orçamentários impostos, o que refletiu diretamente sobre o desempenho das atividades desenvolvidas pela unidade. Adequações relativas à movimentação de pessoal (viagens) e controle de despesas de custeio, com a racionalização e definição de prioridades, necessitaram ser feitas em decorrência do ajuste financeiro/orçamentário imposto à administração pública como um todo no decorrer do ano de 2011.

ITEM 1 DA PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

1. Declaração do Contador Responsável

Quadro XXXIII - Declaração do Contador Responsável



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação Completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ES	200352 - 200353
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 13/02/2012
Contador Responsável: GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC nº DF-12534/O-8

SEÇÃO IV

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Um trabalho constante será desenvolvido objetivando aprimorar os controles sobre utilização de recursos, com sua melhor utilização e visando o menor custo para a sociedade – incluindo, por exemplo, a utilização da infraestrutura da rede DPFNet, ampliação do uso do sistema VOIP para telefonia, implantação do Sistema de Gerenciamento Policial - SIGEPOL, sistema Web desenvolvido em software livre na SR/DPF/AC, destinado a gerenciar rotinas policiais e administrativas, com o objetivo de otimizar as tarefas desenvolvidas pelos servidores do Departamento de Polícia Federal.

Diante do exposto no presente Relatório, pode-se concluir que a SR/DPF/ES atuou no exercício de 2011, em consonância aos objetivos traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da administração pública federal, atingindo a finalidade propugnada para o programa de governo 662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade e demais Programas.

As metas foram atingidas em observância aos princípios constitucionais da administração pública e licitatórios, em especial, os da legalidade, economicidade, publicidade, moralidade, probidade administrativa, etc.

ERIVELTON LEÃO DE OLIVEIRA

Delegado de Polícia Federal

Superintendente Regional

SR/DPF/ES